



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681399 - SP (2021/0226939-1)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : ALEXANDRE DE SOUSA FERREIRA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ALEXANDRE DE SOUSA FERREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado por ALEXANDRE DE SOUSA FERREIRA, de próprio punho, em que aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Execução Penal n. 915.968).

Sustenta que após progressão de regime, o Ministério Público interpôs agravo em execução e que, diante disso, está na iminência de sofrer constrangimento ilegal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou documento comprobatório de suas alegações. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Considerando o princípio da ampla defesa, intime-se a Defensoria Pública com cópia da presente impetração e desta decisão, a fim de que adote as medidas cabíveis.

Solicitem-se ao Tribunal de origem informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência